

ACORDO
para a criação de
Colégio Doutoral Tordesilhas (CDT)

PREÂMBULO

No âmbito dos estudos de pós-graduação, em geral, e de doutorado, em particular, e com o objetivo de criar e desenvolver a colaboração acadêmico-científica entre grupos de pesquisa ou departamentos de diversas instituições do Grupo Tordesilhas (GT), assim como facilitar a mobilidade de seus estudantes e professores, foi desenvolvido um conceito, já existente e reconhecido no contexto internacional, os Colégios Doutorais de Tordesilhas (CDT).

Este tipo de associação de instituições foi criado com o objetivo de cobrir, entre outras atividades e em matérias específicas, a mobilidade formativa e de pesquisa de estudantes, a cotutela de Teses Doutorais e o desenvolvimento de Doutorados Conjuntos ou Múltiplos, em temas específicos e de relevância atual.

Para todos os efeitos, o conceito de um Colégio Doutoral Tordesilhas (CDT) para qualquer temática determinada foi definido como:

“Uma associação voluntária de universidades pertencentes ao GT – aberta a outras organizações governamentais ou empresariais – que, regidas por um Convénio Marco, aprovado pelo GT e, desenvolvido particularmente em seu Acordo Específico, deseja desenvolver atividades de pós-graduação e/ou doutorado em programas conjuntos de pós-graduação de excelência, comprometendo-se a uma coordenação única nos complementos formativos necessários e linhas de pesquisa.”

Encontram-se atualmente em funcionamento dez Colégios Doutorais de Tordesilhas, a saber:

CDT em Enfermagem - Coordenado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e com a participação da Universidade de Brasília, da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade de Granada, da Universidade de Oviedo, da Universidade de Valladolid, da Universidade de Castilla-La Mancha, da Universidade de Aveiro e da Universidade de Minho.

CDT em Ciências Ambientais e Alterações Globais - Coordenado pela Universidade de Aveiro e com a participação da Universidade Federal de Goiás e da Universidade de Castilla-La Mancha;

CDT em Psicologia das Organizações, do Trabalho e dos Recursos Humanos - Coordenado pela Universidade de Sevilha e com a participação da Universidade de Brasília, da Universidade

Presbiteriana Mackenzie, da Universidade de São Paulo, da Universidade de Málaga, da Universidade de Valência, da Universidade de Coimbra e do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL);

CDT em Engenharia e Gestão - Coordenado pela Universidade de Valladolid e com a participação da Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro, da Universidade de Vale do Rio dos Sinos, da Universidade de Sevilha, da Universidade de Lisboa, da Universidade do Minho e da Universidade do Porto;

CDT em Física - Coordenado pela Universidade de Sevilha e com a participação da Universidade de Granada, da Universidade de Lisboa, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal Fluminense e da Universidade de São Paulo;

CDT em Linguagens, Sociedades e Culturas - Coordenado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e com a participação da Universidade de Salamanca, da Universidade do Minho, Universidade de Granada e da Universidade do Porto;

CDT em Saúde Pública e História da Ciência – Coordenado pela Universidade Miguel Hernandez e com a participação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Porto;

CDT em Ciência e Engenharia de Materiais – Coordenado pela Universidade de Coimbra e com a participação da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade de Sevilha;

CDT em Ciências Jurídicas – Coordenado pela Universidade de Huelva e com a participação da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Nova de Lisboa;

CDT em Psicologia da Educação – Coordenado pela Universidade de Barcelona e com a participação da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Federal do ABC, da Universidade Estadual Paulista, da Universidade Federal do Piauí e da Universidade do Porto.

A criação e funcionamento dos CDT tem como base o Acordo para a Criação e Funcionamento dos Colégios Doutoriais de Tordesilhas, aprovado pela Assembleia Geral do Grupo de Tordesilhas, reunida a 22 de novembro de 2016 na Universidade Federal de Pernambuco. Tendo este acordo uma validade de cinco anos, torna-se agora necessário proceder à sua renovação.

Neste âmbito, propõe-se à Assembleia Geral do Grupo de Tordesilhas, reunida a 8 de novembro de 2022 na Universidade Miguel Hernandez, a aprovação do presente Acordo para a Criação e Funcionamento dos Colégios Doutoriais de Tordesilhas (CDT).

Os representantes dos Reitores das Universidades do Grupo de Tordesilhas, reunidos em 8 de novembro de 2022 na Universidade Miguel Hernandez acordam nos termos do presente Acordo:

O propósito deste Acordo é a definição dos princípios básicos que permitam a livre participação das instituições do Brasil, Espanha e Portugal que, pertencentes ao GT, desejem desenvolver atividades acadêmicas dirigidas à realização conjunta de pós-graduação por instituições dos três países, sempre em harmonia com as suas normativas e leis nacionais.

No âmbito geral de atuação, define-se o seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO: Natureza de qualquer CDT dentro do GT

É reconhecida a necessidade de fomentar o agrupamento de atividades de pós-graduação e doutorado de estudantes, pesquisadores e docentes das instituições do GT em CDTs, interuniversitários e trinacionais, com o fim de melhorar as capacidades e o alcance de um programa próprio nos seguintes aspectos:

- A internacionalização da educação de pós-graduação para os estudantes;
- O desenvolvimento de atividades acadêmicas em uma escala multicultural;
- A geração de uma massa crítica que evite que jovens pesquisadores se encontrem relativamente isolados em algumas disciplinas;
- A melhoria na qualidade dos estudantes e da estrutura acadêmica dos programas;
- O aumento da produtividade e rendimento dos programas em resultados de pesquisa;
- A maior atenção às organizações internacionais demandantes por pesquisadores;
- A promoção do intercâmbio e da produção conjunta por pesquisadores que trabalham em áreas afins ou complementares;
- E o fomento da criação de consórcios para outras atividades universitárias.

Qualquer CDT desenvolvido dentro do GT será sempre formado por, pelo menos, uma instituição do GT do Brasil, Espanha e Portugal e poderão existir tantos quantos o livre associacionismo das universidades considere necessário e o Comitê Executivo do GT o permita. A criação de um CDT dentro do GT será desenvolvida por meio de um Acordo Específico entre as partes.

O Comitê Executivo é composto pelos representantes das universidades presidentes, presente e futura, e das três coordenações: Brasileira - UNIRIO, Portuguesa - Universidade de Lisboa e Espanhola - Universidade de Valladolid, que exerce ainda as funções de Secretária Executiva Permanente do GT.

ARTIGO SEGUNDO: Tipos de atividades de um CDT

Considerando e respeitando sempre as normativas para a pós-graduação de cada país e enunciando brevemente, do menor ao maior grau de compromisso, as atividades próprias de qualquer CDT, em função de seu alcance desde o ponto de vista do estudante, são consideradas as seguintes:

- Períodos de formação com reconhecimento acadêmico e pesquisa (sem que dê lugar ao diploma ou à certificação oficial) e organização conjunta de atividades formativas, potenciando aquelas que podem ser realizadas on-line;
- Cotutela acadêmica de Teses (um diploma por cada universidade);
- Publicação conjunta de resultados da investigação;
- Diploma Conjunto em temas específicos (um diploma por todas as universidades).

Estas atividades não devem ser consideradas como um pacote único e indivisível para que se ponha em prática um CDT, mas, pelo contrário, de forma gradual e em função seja das normativas nacionais seja da vontade das instituições, serão realizadas passo a passo. De fato, as instituições signatárias de qualquer CDT podem participar, com maior ou menor intensidade ou grau de envolvimento, nas atividades fundamentais de um programa de pós-graduação como são seus ciclos de formação ou estadas de pesquisa.

ARTIGO TERCEIRO: Responsabilidades das instituições participantes em um CDT

Uma vez mais, com o respeito pertinente às normativas nacionais que regulem os aspectos de financiamento e associacionismo com instituições estrangeiras em programas de pós-graduação, as implicações do associacionismo voluntário terão de ser obrigatoriamente estruturais na concepção de qualquer CDT e deverão propor soluções comuns nas componentes acadêmica e administrativa para todos os participantes desse CDT. Em particular, os Acordos Específicos que regulem os programas de estudo e pesquisa temáticos que formem parte de qualquer CDT devem prover resposta ao menos aos seguintes assuntos:

- Assuntos acadêmicos: tratará de estabelecer critérios comuns e ajustados às normativas nacionais – para todo o processo de formação e pesquisa dos estudantes, em, ao menos:
 - A admissão ao programa, nomeação de tutor e montagem de créditos para cada estudante
 - Os requisitos de excelência para os diretores de teses e critérios de qualidade para a autorização da defesa das teses
 - Os critérios de mobilidade internacional dos programas, para nomeação das bancas e lugares de defesa
- Assuntos administrativos:
 - A matrícula acadêmica do estudante, valores de taxas, lugar de pagamento, isenção das mesmas etc..

- Critérios para a emissão de título (duplo, conjunto,...), seguros médicos, vistos e alojamentos etc..

ARTIGO QUARTO: Condições mínimas para a criação de um CDT

O fato de ser aceite como um novo CDT dentro do GT obriga a cumprir um conjunto de requisitos mínimos. Os quais são os seguintes:

- O CDT deve integrar obrigatoriamente programas de Doutorado já existentes nas instituições participantes;
- Adicionalmente poderão também estar associados programas de Mestrado já existentes;
- Os programas de Doutorado têm que contar com ao menos uma universidade do GT de cada um dos três países do GT (Brasil, Espanha e Portugal);
- Cada programa responde a interesses comuns das instituições livremente associadas que serão abrangidos em Acordo Específico e que cumpram os requisitos gerais deste Acordo;
- Estes programas, segundo os Acordos Específicos, estarão abertos à inclusão de outros membros do GT ou de membros externos (universidades ou outro tipo de organizações). São os membros do programa que regulam o acesso de novos membros, sempre e quando estes apresentem formalmente o compromisso de acatar as normas gerais deste Acordo e do Acordo Específico;
- Cada programa é liderado por uma universidade eleita dentre e pelos participantes;
- O Acordo Específico desenvolverá, obrigatoriamente, os aspectos administrativos, econômicos e académicos do programa;
- O programa deverá ainda integrar a produção e disponibilização para as diferentes universidades do GT de conteúdos pedagógicos on-line ou de cursos em formato de e-learning sobre temáticas específicas associadas ao domínio científico do CDT.

Ademais, as instituições participantes se comprometem a exigir os seguintes mínimos:

- a) Para o caso somente de mobilidade académica sem direito à obtenção de um diploma oficial:
 - Para estudantes, duração mínima de um semestre de permanência formativa, com reconhecimento;
 - Os períodos de pesquisa de professores e investigadores terão uma duração mínima de um mês;
 - Possuir um sistema de acolhida e integração dos alunos estrangeiros.
- b) Com respeito às Cotutelas será exigido:
 - Ao menos dois diretores pertencentes às diferentes instituições do CDT, definindo em conjunto o plano de atividades do estudante;

- Períodos de formação e pesquisa compartilhados;
- Período de pesquisa em centros do CDT diferentes daquele do estudante, superior a nove meses e com respeito pelos normativos próprios de cada instituição;
- Produção de publicações científicas resultantes de atividades de investigação conjunta em revistas internacionais de referência na área do respetivo CDT, integrando autores de diferentes instituições pertencentes ao CDT;
- Bancas mistas, definidas em conjunto;
- Atribuição de duplo-grau ou de diploma conjunto;
- As taxas de frequência e os procedimentos de pagamento das mesmas será detalhado no Acordo Específico.

Em qualquer caso, recomenda-se que as atividades conjuntas desenvolvidas no âmbito do Acordo Específico pelos integrantes de um CDT estejam em consonância com aquelas exigências mínimas de programas internacionais de financiamento de atividades conjuntas no Doutorado.

ARTIGO QUINTO: Aprovação de um novo CDT dentro do GT

A aprovação de um CDT é feita com base na apresentação de propostas de Acordo Específico que constitui as bases de trabalho do CDT. As propostas são apresentadas à Presidência em curso do GT, que o submeterá a estudo do Comitê Executivo para sua aprovação final e conhecimento do resto dos integrantes do GT. O Comitê Executivo tem um prazo máximo de três meses para responder afirmativa ou negativamente à criação do CDT.

A aprovação de um CDT não implica qualquer compromisso de financiamento por parte do GT.

ARTIGO SEXTO: Financiamento de CDT

As atividades dos CDTs deverão ser autofinanciadas através do recurso a meios próprios, projetos e colaborações com entidades terceiras.

De acordo com as capacidades financeiras do GT, o Comitê Executivo do GT decidirá do lançamento de concursos para o financiamento do funcionamento de CDTs. O lançamento dos concursos é feito através de Edital, onde se definem os prazos para concurso, bem como os montantes de financiamento a disponibilizar e condições de utilização do mesmo. A seleção dos CDTs a financiar tem como base a abrangência do projeto, o plano de trabalhos proposto, a proposta de utilização do financiamento e os resultados esperados em termos de publicações, conteúdos pedagógicos on-line ou de cursos em formato de e-learning, e cotutelas a efetuar. São aceites a concurso os CDT já criados ou novos CDT a serem criados no âmbito do concurso de financiamento. O Comitê Executivo tem um prazo máximo de três meses para publicação dos resultados dos concursos de financiamento.

ARTIGO SÉTIMO: Informação

As instituições pertencentes ao GT darão publicidade aos Editais para financiamento de CDTs.

Os CDTs aprovados são publicitados nas diferentes instituições do GT para que os estudantes e acadêmicos tenham a oportunidade de participar nestes uma vez que se cumpram as leis e normas nacionais concretas dos mesmos. Todos os Acordos Específicos são também divulgados na página oficial do GT (www.grupotordesillas.net). A Universidade de Valladolid, como Secretária Executiva permanente do GT, recebe obrigatoriamente uma cópia de todos os Acordos Específicos que se desenvolvam em um CDT dentro do contexto deste Acordo. Todos os resultados associados a CDTs financiados deverão referir explicitamente o apoio do GT, bem como das entidades financiadoras do GT que possibilitaram esse financiamento.

ARTIGO OITAVO: Extinção de um CDT

No caso de ausência comprovada de atividade de um CDT por um período superior a um ano, o Comitê Executivo, ouvido a coordenação do CDT, pode decidir pela extinção do mesmo.

ARTIGO NONO: Vigência do Acordo

Este acordo tem a vigência de quatro anos desde a data da sua aprovação, em 8 de novembro de 2022, no XXI Encontro de Reitores do GT na Universidade Miguel Hernandez.

ARTIGO DÉCIMO: Soluções e Controvérsias

No suposto caso de que em alguma controvérsia o desacordo não possa ser resolvido de maneira amistosa, o assunto será submetido à arbitragem. Os signatários envolvidos no desacordo nomearão uma universidade do GT para um júri deliberante que estará formado pelas instituições nomeadas e pela Presidência em curso. O resultado da controvérsia será sempre alcançado por consenso.

Serão emitidos originais deste Acordo nos idiomas espanhol e português.

Universidade Miguel Hernandez, 8/Nov/2022

ACUERDO
para la creación de un
Colegio Doctoral Tordesillas (CDT)

PREÁMBULO

En el ámbito de los estudios de Posgrado, en general, y de Doctorado, en particular, y con el objeto de crear y desarrollar la colaboración académico-científica entre equipos de investigación o departamentos de diversas instituciones del Grupo Tordesillas (GT), así como facilitar la movilidad de sus estudiantes y profesores, se ha desarrollado un concepto, ya existente y conocido en el contexto internacional, los Colegios Doctorales Tordesillas (CDT).

Este tipo de asociación de instituciones fue creada con el objetivo de cubrir, entre otras actividades y en materias específicas, la movilidad formativa y de investigación de estudiantes, la Co-tutela de Tesis Doctorales y el desarrollo de Doctorados Conjuntos o Múltiples, en temas específicos y de relevancia actual.

Para todos los efectos, el concepto de un Colegio Doctoral Tordesillas (CDT) y para cualquier temática determinada fue definido como:

“Una asociación voluntaria de universidades pertenecientes al GT – abierta a otras organizaciones gubernamentales o empresariales – que, regidas por un Convenio Marco, aprobado por el GT y desarrolladas particularmente en su Acuerdo Específico, desea desarrollar actividades de Posgrado y/o Doctorado en programas conjuntos de Posgrado de excelencia, comprometiéndose a una coordinación única en los necesarios complementos formativos y líneas de investigación”.

En la actualidad, se encuentran en funcionamiento diez Colegios Doctorales Tordesillas, que son:

CDT de Enfermería – Coordinado por la Universidad Federal del Estado de Rio de Janeiro (UNIRIO), y con la participación de la Universidad de Brasilia, la Universidad Federal Fluminense, la Universidad Federal de Goiás, la Universidad Federal de Minas Gerais, la Universidad Federal de Paraná, la Universidad Federal de Pernambuco, la Universidad Federal de São Carlos, la Universidad de Castilla-La Mancha, la Universidad de Granada, la Universidad de Oviedo, la Universidad de Valladolid, la Universidad de Aveiro y la Universidad de Minho.

CDT en Ciencias Ambientales y Alteraciones Globales – Coordinado por la Universidad de Aveiro y con la participación de la Universidad Federal de Goiás y la Universidad de Castilla-La Mancha;

CDT de Psicología de las Organizaciones, del Trabajo y de los Recursos Humanos – Coordinado por la Universidad de Sevilla y con la participación de la Universidad de Brasilia, la Universidad Presbiteriana Mackenzie, la Universidad de São Paulo, la Universidad de Málaga, la

Universidad de Valencia, la Universidad de Coimbra y el Instituto Universitario de Lisboa (ISCTE-IUL;

CDT de Ingeniería de Organización – Coordinado por la Universidad de Valladolid y con la participación de la Universidad Pontificia Católica de Río de Janeiro, la Universidad de Vale do Rio dos Sinos, la Universidad de Sevilla, la Universidad de Lisboa, la Universidad de Miño y la Universidad de Oporto;

CDT de Física - Coordinado por la Universidad de Sevilla y con la participación de la Universidad de Granada, de la Universidad de Lisboa, de la Universidad Federal de Minas Gerais, de la Universidad Federal Fluminense y de la Universidad de São Paulo;

CDT de Lenguas, Sociedades y Culturas - Coordinado por la Universidad Presbiteriana Mackenzie y con la participación de la Universidad de Salamanca, de la Universidad de Minho, Universidad de Granada y de la Universidad de Oporto;

CDT de Salud Pública e Historia de la Ciencia – Coordinado por la Universidad Miguel Hernández y con la participación de la Universidad de São Paulo y de la Universidad de Oporto;

CDT de Ciencia e Ingeniería de Materiales – Coordinado por la Universidad de Coimbra y con la participación de la Universidad Federal de São Carlos y de la Universidad de Sevilla;

CDT de Ciencias Jurídicas – Coordinado por la Universidad de Huelva y con la participación de la Universidad Federal de Paraná y de la Universidad Nova de Lisboa;

CDT de Psicología de la Educación – Coordinado por la Universidad de Barcelona y con la participación de la Universidad de Brasilia, de la Universidad Federal de São Carlos, de la Universidad Federal de ABC, de la Universidad Estadual Paulista, de la Universidade Federal de Piauí y de la Universidad de Oporto.

La creación y funcionamiento de los CDT tiene como base el Acuerdo para la Creación y Funcionamiento de los Colegios Doctorales Tordesillas, aprobado por la Asamblea General del Grupo Tordesillas, reunida el 22 de noviembre de 2016 en la Universidad Federal de Pernambuco. Teniendo este acuerdo una vigencia de cinco años, es necesario proceder a su renovación.

En este ámbito, se propone a la Asamblea General del Grupo Tordesillas, reunida el 8 de noviembre de 2022 en la Universidad Miguel Hernández, la aprobación del presente Acuerdo para la Creación y Funcionamiento de los Colegios Doctorales Tordesillas (CDT).

Los representantes de los Rectores de las Universidades del Grupo Tordesillas, reunidos el 8 de noviembre de 2022 en la Universidad Miguel Hernández acuerdan los términos del presente Acuerdo:

El propósito de este Acuerdo es la definición de los principios básicos que permitan la libre participación de instituciones de Brasil, España y Portugal que, perteneciendo al GT, deseen desarrollar actividades académicas dirigidas a la realización conjunta de Posgrado por instituciones de los tres países, siempre en armonía con sus normativas y regulaciones nacionales.

El ámbito general de actuación se define a continuación:

ARTÍCULO PRIMERO: Naturaleza de los CDT dentro del GT

Se reconoce la necesidad de fomentar el agrupamiento de las actividades de Posgrado y Doctorado de estudiantes, investigadores y profesorado de las instituciones del GT en CDTs interuniversitarios y tri-nacionales con el fin de mejorar las capacidades y el alcance de un programa propio en los siguientes aspectos:

- La Internacionalización de la educación de Posgrado para los estudiantes;
- El desarrollo de actividades académicas en una escala multicultural;
- La generación de una masa crítica que evite que los jóvenes investigadores se encuentren relativamente aislados en algunas disciplinas;
- La mejora de la calidad de los estudiantes y de la estructura académica de los programas;
- El aumento de la productividad y del rendimiento de los programas en resultados de investigación;
- El incremento de la atención de las organizaciones internacionales demandantes de investigadores;
- La promoción del intercambio y de la producción conjunta por parte de los investigadores que trabajan en áreas afines o complementarias;
- Y el fomento de la creación de consorcios para otras actividades universitarias.

Cualquier CDT desarrollado dentro del GT estará siempre constituido por al menos una institución del GT de Brasil, España y Portugal y podrán existir tantos como el libre asociacionismo de las universidades lo consideren y el Comité Ejecutivo del GT lo permita. La creación de un CDT dentro del GT se desarrollará por medio de un Acuerdo Específico entre las partes.

El Comité Ejecutivo está compuesto por los representantes de la universidad que preside, tanto la presente como la futura, por las 3 coordinaciones: la brasileña en UNIRIO, la portuguesa en la Universidad de Lisboa y la española en la Universidad de Valladolid, que además es la Secretaría permanente del GT.

ARTÍCULO SEGUNDO: Tipos de actividades de un CDT

Considerando y respetando siempre la normativa para el Posgrado de cada país y enunciando brevemente, de menor a mayor grado de compromiso, las actividades propias de cualquier CDT, en función de su alcance desde el punto de vista del estudiante, se considerarán las siguientes actividades:

- Estancias de formación con reconocimiento académico e investigación (sin que dé lugar a diploma o certificado oficial) y organización conjunta de actividades formativas, potenciando aquellas que puedan realizarse on-line;
- Co-tutela académica de Tesis (un diploma por cada universidad);
- Publicación conjunta de resultados de investigación;
- Diploma Conjunto en temas específicos (un diploma por todas las universidades).

Estas actividades no deben ser consideradas como un paquete único e indivisible para poner en marcha un CDT sino, que de forma gradual y en función, bien de las normativas nacionales o bien de la voluntad de las instituciones socias, se acometerán paso a paso. En concreto, las instituciones firmantes pueden participar, con mayor o menor intensidad o grado de involucración, en las actividades fundamentales de un programa de Posgrado como son sus ciclos formativos o estancias de investigación.

ARTÍCULO TERCERO: Responsabilidades de las instituciones inscritas en un CDT

Una vez más, con el respeto pertinente a las correspondientes normativas nacionales que regulen los aspectos de financiación y asociacionismo con instituciones extranjeras en programas de Posgrado, las implicaciones del asociacionismo voluntario han de ser obligatoriamente estructurales en la concepción de cualquier CDT y han de proponer soluciones comunes en las componentes académica y administrativa para todos los participantes de ese CDT. En particular, los Acuerdos Específicos que regulen los programas de estudio e investigación temáticos que formen parte de cualquier CDT tienen que dar respuesta al menos a los siguientes asuntos:

- Asuntos académicos: se tratará de establecer criterios comunes y ajustados a las normativas nacionales – para todo el proceso formativo y de investigación de los estudiantes, en al menos:
 - La admisión al programa, asignación de tutor e itinerario formativo para cada estudiante.
 - Los requisitos de excelencia para los directores de tesis y criterios de calidad para la autorización de la defensa de las tesis.
 - Los criterios de movilidad internacional de los programas, para nombramiento de los tribunales y el lugar de la defensa.
- Asuntos administrativos:

- La matrícula académica del estudiante, valores de las tasas, lugar de pago, exención de las mismas, etc.
- Criterios para la expedición del título (doble, conjunto...), seguros médicos, visados y alojamientos, etc.

ARTÍCULO CUARTO: Condiciones mínimas para la creación de un CDT

El hecho de ser aceptado como un nuevo CDT dentro del GT obliga a cumplir un conjunto de requisitos mínimos, que son los siguientes:

- El CDT debe integrar obligatoriamente programas de Doctorado ya existentes en las instituciones participantes.
- Adicionalmente podrán también estar asociados a programas de Master ya existentes;
- Los programas de Doctorado han de contar con al menos una universidad del GT de cada uno de los tres países del GT (Brasil, España y Portugal);
- Cada programa responde a intereses comunes de las instituciones libremente asociadas que serán recogidos en su Acuerdo Específico y que cumplirán los requisitos generales de este Acuerdo Marco;
- Estos programas, según los Acuerdos Específicos, estarán abiertos a la inclusión de otros miembros del GT o de miembros externos (universidades u otro tipo de organizaciones). Serán los miembros del programa los que regulen el acceso de nuevos miembros, siempre y cuando éstos presenten por escrito el compromiso de acatar las normas generales de este Acuerdo y del Acuerdo Específico;
- Cada programa será liderado por una universidad elegida de entre y por los participantes;
- El Acuerdo Específico desarrollará, obligatoriamente, los aspectos administrativos, económicos y académicos del programa;
- El programa deberá además integrar la producción y facilitar la disponibilidad a las diferentes universidades del GT, de los contenidos pedagógicos on-line o de los cursos en formato e-learning sobre temáticas específicas asociadas al dominio científico del CDT.

Además, las instituciones participantes se comprometen a exigir los siguientes mínimos:

- a) Para el supuesto de sólo movilidad académica sin derecho a la obtención de un diploma oficial:
 - Para estudiantes, la duración mínima de la estancia formativa será de un semestre con reconocimiento académico;
 - Las estancias de investigación de profesores e investigadores tendrán una duración mínima de un mes;
 - Tener un sistema de acogida e integración para los alumnos extranjeros;
- b) Con respecto a las Co-tutelas se exigirá:

- Al menos dos directores pertenecientes a instituciones diferentes del CDT, que definan conjuntamente el plan de actividades del estudiante;
- Períodos de formación y de investigación compartidos;
- Estancia de investigación en centros del CDT distintos al del propio estudiante superior a 9 meses y respetando las normativas propias de cada institución;
- Producción de publicaciones científicas resultantes de las actividades de investigación conjunta en revistas internacionales de referencia en el área de ese CDT en concreto, integrando autores de diferentes instituciones pertenecientes al CDT;
- Tribunales mixtos, definidos conjuntamente;
- Atribución de doble grado o diploma conjunto;
- Las tasas de inscripción y el procedimiento de pago de las mismas se detallará en el Acuerdo Específico.

En cualquier caso, se recomienda que las actividades conjuntas desarrolladas en el ámbito del Acuerdo Específico por los integrantes de un CDT estén en consonancia con aquellas exigencias mínimas de programas internacionales de financiación de actividades conjuntas de Doctorado.

ARTÍCULO QUINTO: Aprobación de un nuevo CDT dentro del GT

La aprobación de un CDT se tomará tras la presentación de propuestas del Acuerdo Específico que constituye la base del trabajo del CDT. Las propuestas se enviarán a la Presidencia en curso del GT, que lo remitirá a la valoración por parte del Comité Ejecutivo para su aprobación final y conocimiento del resto de los integrantes del GT. El Comité Ejecutivo tendrá un plazo máximo de tres meses para responder afirmativa o negativamente a la creación de un CDT.

La aprobación de un CDT no implica ningún compromiso de financiación por parte del GT.

ARTÍCULO SEXTO: Financiación del CDT

Las actividades de los CDTs deberán ser autofinanciadas a través de recursos o medios propios, proyectos y colaboraciones con entidades terceras.

De acuerdo con la capacidad financiera del GT, el Comité Ejecutivo del GT decidirá el lanzamiento de concursos para financiar el funcionamiento de CDTs. El lanzamiento de estos concursos se hará por medio de convocatorias, donde se definirán los plazos para el concurso así como los montantes de financiación de que se disponen y las condiciones en las que se puede utilizar esa financiación. La selección de los CDTs a financiar dependerá del alcance del proyecto, el plan de los trabajos propuestos, el uso que se aplique a la financiación y los resultados esperados en cuanto a publicaciones, contenidos pedagógicos on-line o de cursos en formato e-learning y co-tutelas a efectuar. Serán aceptados a concurso los CDT ya existentes o propuestas de nuevos CDTs en cuanto al concurso de financiación se refiere. El

Comité Ejecutivo tiene un plazo máximo de tres meses para la publicación de los resultados de los concursos de financiación.

ARTÍCULO SÉPTIMO: Información

Las instituciones pertenecientes al GT darán publicidad a las Convocatorias para la financiación de los CDTs. Los CDTs aprobados serán publicitados en las diferentes instituciones del GT para que los estudiantes y académicos tengan la oportunidad de participar en ellos siempre que se cumplan las normativas y regulaciones nacionales específicas de los mismos. Todos los Acuerdos Específicos se divulgarán en el página oficial del GT (www.grupotordesillas.net) . La Universidad de Valladolid, como Secretaría Permanente del GT, recibirá obligatoriamente una copia de todos los Acuerdos Específicos que se desarrollen en un CDT dentro del marco de este Acuerdo. Todos los resultados asociados a CDTs financiados deberán hacer referencia explícita al apoyo del GT, así como a las entidades financiadoras del GT que posibilitan esa financiación.

ARTÍCULO OCTAVO: Extinción de un CDT

En el caso de ausencia comprobada de actividad de un CDT por un periodo superior a un año, el Comité Ejecutivo, una vez escuchada la coordinación del CDT, puede decidir la extinción del mismo.

ARTÍCULO NOVENO: Vigencia del acuerdo

Este Acuerdo tiene una vigencia de cuatro años desde la fecha de su aprobación, el 8 de noviembre de 2022 en el XXI Encuentro de Rectores del GT en la Universidad Miguel Hernández.

ARTÍCULO DÉCIMO: Soluciones y controversias

En el supuesto caso de que alguna controversia o desacuerdo no pueda ser resuelto de manera amistosa, el asunto será sometido a arbitraje. Los firmantes involucrados en el desacuerdo nominarán a una universidad del GT para un jurado deliberante que estará formado por las instituciones nominadas y la Presidencia en curso. El resultado de la controversia siempre se alcanzará por consenso.

Existen originales de este Acuerdo Marco en los idiomas español y portugués.